

EXAME FINAL NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

Prova Escrita de História A

12.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho

Prova 623/1.ª Fase

15 Páginas

Duração da Prova: 120 minutos. Tolerância: 30 minutos.

2016

VERSÃO 1

Indique de forma legível a versão da prova.

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta azul ou preta.

Não é permitido o uso de corretor. Risque aquilo que pretende que não seja classificado.

Para cada resposta, identifique o grupo e o item.

Apresente as suas respostas de forma legível.

Apresente apenas uma resposta para cada item.

As cotações dos itens encontram-se no final do enunciado da prova.

Nos termos da lei em vigor, as provas de avaliação externa são obras protegidas pelo Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos. A sua divulgação não suprime os direitos previstos na lei. Assim, é proibida a utilização destas provas, além do determinado na lei ou do permitido pelo IAVE, I.P., sendo expressamente vedada a sua exploração comercial.



ColorADD

Sistema de Identificação de Cores

CORES PRIMÁRIAS | BRANCO E PRETO

Diagram illustrating the primary colors and black/white identification system. It shows three primary colors (AZUL, AMARELO, VERMELHO) and two secondary colors (BRANCO, PRETO). Below, it shows combinations of these colors using the ColorADD symbols (triangles and squares) to identify mixed colors.

AZUL AMARELO VERMELHO BRANCO PRETO

ColorADD symbols for combinations:
AZUL + AMARELO = VERDE
AMARELO + VERMELHO = LARANJA
VERMELHO + AZUL = ROXO
AZUL + VERMELHO = CINZA CLARO
AMARELO + VERMELHO = CINZA ESC.
AZUL + BRANCO = TONS CLAROS (various shades)
AMARELO + BRANCO = TONS CLAROS (various shades)
VERMELHO + BRANCO = TONS CLAROS (various shades)
AZUL + PRETO = TONS ESCUROS (various shades)
AMARELO + PRETO = TONS ESCUROS (various shades)
VERMELHO + PRETO = TONS ESCUROS (various shades)

Diagram illustrating the identification system for secondary colors, metallic tones, light tones, and dark tones. It shows symbols for AZUL, VERDE, AMARELO, LARANJA, VERMELHO, ROXO, and CASTANHO. Below, it shows symbols for BRANCO, PRETO, CINZA CLARO, CINZA ESC., DOURADO, and PRATEADO. It also shows symbols for TONS CLAROS and TONS ESCUROS.

AZUL VERDE AMARELO LARANJA VERMELHO ROXO CASTANHO

BRANCO | PRETO | CINZENTOS TONS METALIZADOS

BRANCO PRETO CINZA CLARO CINZA ESC. DOURADO PRATEADO

TONS CLAROS

TONS ESCUROS

Nas respostas aos itens de escolha múltipla, selecione a opção correta. Escreva, na folha de respostas, o grupo, o número do item e a letra que identifica a opção escolhida.

Nas respostas aos itens que envolvam a produção de um texto, a classificação tem em conta a organização dos conteúdos, a utilização da terminologia específica da disciplina e a integração da informação contida nos documentos.

GRUPO I

PORTUGAL NOS SÉCULOS XIII E XIV: SOCIEDADE, ECONOMIA E PODER POLÍTICO

Queixas dos procuradores dos concelhos nas Cortes de Lisboa (1371)

Nós, D. Fernando, pela graça de Deus rei de Portugal e do Algarve, [...] desejamos [...] que cada um viva seguro e regrado, com direito e justiça; para isto fizemos nossas Cortes, nas quais foram juntos os infantes nossos irmãos e bispos e abades e prelados e condes e priores e mestres das ordens das cavalaria e ricos-homens e fidalgos e também muitos e mui bons cidadãos das cidades e vilas, os quais mandámos vir a estas Cortes para termos acordo e conselho [sobre como] corrigir e melhorar o estado dos Reinos e para nos dizerem os agravos [praticados] por nós, pelos nossos oficiais ou por outros poderosos. [...]

E nós [...], tendo conselho com os da nossa corte e com letrados e entendidos, respondemos em cada artigo.

10 1.º – Pedem-nos que, daqui em diante, o rei não faça guerra nem moeda nem outra coisa que possa causar dano à nossa terra, salvo com o conselho dos cidadãos e naturais [...]. Respondemos que queremos chegar a acordo convosco sobre isto. [...]

15 4.º – Dizem que mandamos comprar vinhos e outras mercadorias e que não as mandamos pagar [...], o que não é próprio de rei. E pediam-nos que mandássemos pagar o que comprámos, e que daqui em diante fizéssemos o mesmo. [...]

13.º – Dizem que os grandes homens da nossa terra, cavaleiros e fidalgos e corregedores [...] mandam comprar mercadorias. E as mandam vender, o que não pertence a tais pessoas fazer. E que por esta razão tiram o mantimento a mercadores e a outras pessoas. [...]

20 22.º – Dizem que a nossa terra é prejudicada porque, quando temos guerra [...], obrigam os cidadãos e seus lavradores ao serviço militar e ficam as terras despovoadas e danificadas. [...] E pediam-nos [...] que tais pessoas sejam dispensadas desse serviço [...].

25 24.º – Dizem que os reis nossos antepassados, vendo que os clérigos se apoderavam de muitas terras que compravam, em prejuízo dos nossos direitos e dano dos nossos povos, proibiram que o fizessem [...]. E que agora eles procedem em engano da lei [...]. Respondemos e mandamos que se respeite a dita lei [de desamortização].

44.º – Dizem que, em muitos lugares, clérigos e fidalgos compram e vendem mercadorias, e não toleram a ingerência dos almotacés [...], nem querem pagar sisas, alegando que são privilegiados e ameaçando com excomunhões. [...] Respondemos e mandamos que as nossas justiças lho não consintam. [...]

30 51.º – Dizem que alguns lavradores e guardadores de gado [...] fizeram-se mercadores e almocreves, e deixaram de lavrar e criar. Pediam-nos que mandássemos que cada um conservasse o seu ofício [...], como foi mandado por nosso pai [...].

54.º – Pedem-nos que se regulem os altos salários exigidos pelos camponeses [...], de modo a que tenham mantimento e os lavradores possam ter quem os sirva [...].

35 95.º – E porque também os reis nossos antepassados costumavam fazer as suas Cortes muito raramente, sendo a emenda do mal feita muito tarde, [...] pediam-nos que ordenássemos nossas Cortes de três em três anos.

Identificação da fonte

Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383), Vol. 1, Oliveira Marques e Nuno Dias (org.), Lisboa, INIC/CEH da UNL, 1990, pp. 15-61 (adaptado)

1. As Cortes eram assembleias que
 - (A) aconselhavam o rei em assuntos como a guerra e a desvalorização da moeda.
 - (B) deliberavam acerca de assuntos como a justiça e a cobrança de impostos.
 - (C) reuniam em Lisboa sempre que necessário, por iniciativa da Cúria Régia.
 - (D) reuniam em Lisboa periodicamente, por iniciativa dos representantes dos concelhos.

2. A posição dos procuradores dos concelhos sobre a compra e venda de mercadorias por «grandes homens da nossa terra, cavaleiros e fidalgos e corregedores» (linha 16) refletia a
 - (A) defesa da minoria moura, que se consolidou após a Reconquista e que exercia a atividade financeira.
 - (B) proteção dos mesteirais, que emergiram com o surto urbano e cuja principal atividade era o comércio.
 - (C) crítica à concorrência do clero e da nobreza, cujo estatuto social assentava na posse da terra e nas funções religiosas e político-militares que exerciam.
 - (D) discordância relativamente às funções dos almotacés, funcionários de cada concelho responsáveis pela vigilância de pesos, medidas e preços.

3. A promulgação de leis de desamortização (linha 25) contribuiu para o reforço
 - (A) do património do clero, ao possibilitar o crescimento das suas propriedades.
 - (B) da autonomia dos concelhos, ao definir os direitos e deveres das populações.
 - (C) dos direitos senhoriais, ao regular a sua aplicação nos domínios.
 - (D) do poder real, ao limitar o crescimento das propriedades eclesiásticas.

4. Os problemas económicos do país, segundo o documento, decorriam
 - (A) do atraso das técnicas agrícolas e do sistema de organização da propriedade.
 - (B) dos baixos salários pagos aos camponeses e dos tributos que lhes eram exigidos.
 - (C) da falta de mão de obra nos campos, devido à guerra e à atração pelo comércio.
 - (D) dos preços baixos dos produtos, devido à emissão e à desvalorização da moeda.

GRUPO II

PORTUGAL NO FINAL DO SÉCULO XIX E NO INÍCIO DO SÉCULO XX: DESAFIOS E MUDANÇAS

Documento 1

A situação do país no final da monarquia – intervenção de Afonso Costa, deputado republicano, no debate da reforma da contabilidade pública, na Câmara dos Deputados (20/11/1906)

Não encontramos neste projeto uma tentativa séria de evitar a repetição dos tremendos abusos [da administração monárquica], mas só o propósito [...] de tentar reabilitar a monarquia [...].

Para realizar os fins verdadeiros do projeto está nele o artigo 48.º que [...] deixa nas mãos do Governo a maneira de defender criminosamente os autores e cúmplices dos crimes anteriormente cometidos; e no projeto está também a concentração no poder executivo de tudo o que diz respeito à contabilidade e à sua fiscalização preventiva [...]. Que país é este, em que o sufrágio popular – base essencial de toda a democracia – é assim menosprezado? [...]

Quis-se evitar que os deputados republicanos discutam [...] tudo quanto interessa à vida da Nação e se relaciona com o rei e a sua família. [...] [Pretende-se] que o Governo tenha nas suas mãos uma arma defensiva de certas entidades, [...] e proveitosa para as suas clientelas políticas ou para os seus desejos de restringir os direitos dos cidadãos e de usar ilegitimamente os dinheiros da Nação. [...]

Já estou a ver o Sr. João Franco [...] a apresentar a necessidade da ditadura para a suposta salvação do Estado; e prescindir assim da cooperação, um tanto incómoda, das minorias parlamentares. [...]

Fazendo referência aos adiantamentos à casa real, deixou o espírito público numa situação de alarme [...], [sabendo-se] que a casa real recebia [...] dinheiros do Estado, contra a lei, uma verdade tão incontestável que pretendíamos espalhar pelo povo, nos comícios populares ou nos jornais democráticos. [...] Depois disso, o regime ficou para sempre abalado nos seus fundamentos essenciais. Não mais a monarquia – não mais! – poderá reconquistar algum prestígio, nem a autoridade moral que seria a única razão da sua existência.

Em face dessas afirmações do Governo, o pobre povo, que vive sem pão, que sua, que padece fome [...], que se vê sem instrução [...] – como não se havia de revoltar?

Documento 2

A situação do país no final da monarquia – intervenção de João Franco, Presidente do Conselho de Ministros, no debate da reforma da contabilidade pública, na Câmara dos Deputados (20/11/1906)

Os quatro deputados representantes do partido republicano por mais de uma vez têm usado da palavra e com toda a liberdade, [...] [representando] um partido que é não só adversário político, mas adversário das instituições que defendemos. [...]

O assunto [dos adiantamentos à casa real] era de toda a gente conhecido, mas ninguém julgava que o interesse público pedisse que ele fosse discutido imediatamente [...]. É que se quer fazer desta questão uma campanha contra o Governo e contra as instituições. [...] Quanto às instituições, tenho obrigação de defendê-las, porque as julgo irmanadas com os interesses do país, absolutamente ligadas à independência da Nação. Independência da pátria e monarquia são duas coisas absolutamente ligadas entre si, de tal forma que não pode desaparecer a segunda sem que haja perigo para a primeira. [...]

Podem falar de todo o meu passado, e dizerem que eu sou inimigo da liberdade. Mas o país e

principalmente os ilustres deputados republicanos sabem perfeitamente que nunca ninguém gozou de uma tão grande tolerância, como têm gozado os cidadãos nestes últimos seis meses. [...]

Precisamos absolutamente dessa lei de contabilidade, para que os orçamentos sejam executados tais como são votados no Parlamento [...]. O artigo 48.º encerra exatamente o contrário do que S. Exa. quis ver aí. [...] O que o Governo procurou foi estabelecer uma verdadeira contabilidade sobre novas bases, e o seu empenho principal é governar com o Parlamento e com a opinião pública, assentando sobre tais alicerces o seu prestígio e a autoridade dos poderes do Estado. [...] E em cada dia lhe chegam novas adesões aplaudindo a sua obra.

1. O debate exposto nos documentos 1 e 2 integra-se no regime político da monarquia
 - (A) absoluta.
 - (B) constitucional.
 - (C) feudal.
 - (D) teocrática.

2. Compare as duas perspetivas sobre a situação do país no final da monarquia, expressas nos documentos 1 e 2, quanto a três aspetos em que se opõem.

3. Refira, a partir do documento 1, três ações adotadas pelos republicanos, com vista à conquista do poder.

Identificação das fontes

Doc. 1 – <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/034/1906-11-20>, pp. 10-15 (consultado em 07/11/2015) (adaptado)

Doc. 2 – <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/034/1906-11-20>, pp. 19-22 (consultado em 07/11/2015) (adaptado)

GRUPO III

DA ALEMANHA DO PRIMEIRO PÓS-GUERRA À CONSOLIDAÇÃO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA NA DÉCADA DE 1960 NO CONTEXTO DO MUNDO CAPITALISTA

Documento 1

Metropolis (tríptico) – pintura de Otto Dix (1927-1928)



Documento 2

Discurso de Hitler no *Reichstag* (20/02/1938)

Temos assistido a uma autêntica inundação de mentiras e calúnias espalhadas por alguma imprensa estrangeira. [...] Se, durante estes cinco anos, tivéssemos agido como os cosmopolitas e democráticos cidadãos da Rússia soviética, ou seja, como os da raça judaica, não teríamos conseguido transformar a Alemanha, que se encontrava em profundo colapso material [...].

A seguir aos Estados Unidos, a Alemanha é hoje o maior produtor de aço do mundo. Poderia dar-vos muitos mais exemplos. [...] No final da próxima década, o povo alemão recordará o êxito da sua eficiência e encher-se-á de um orgulho supremo. [...]

Se a agitação ou a malícia internacionais tentarem quebrar a paz do *Reich*, o aço e o ferro protegerão o povo alemão e os seus lares. [...]

Gostaria, mais uma vez, de afirmar que o tratado de paz de 1919 foi imposto a alguns países. Este tratado provocou consequências a longo prazo nas vidas dos povos envolvidos. [...] Saímos da Liga das Nações porque [...] esta nos negou o direito ao rearmamento e à segurança. [...]

Existem mais de dez milhões de alemães em Estados adjacentes à Alemanha [...]. Contra a sua vontade foram impedidos, pelos tratados de paz, de se unirem ao *Reich*. [...] A Alemanha de hoje saberá proteger os povos germânicos ao longo das nossas fronteiras [...].

O povo alemão não é um povo agressivo. É uma nação marcial, o que significa que não deseja a guerra mas não a teme.

Documento 3

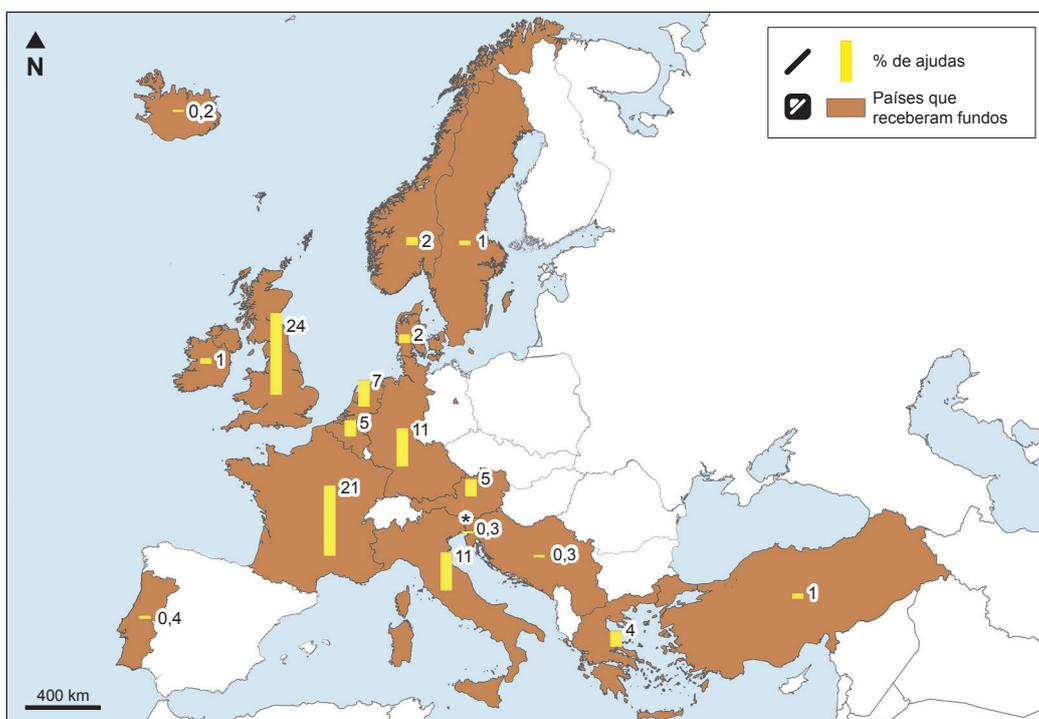
Evolução do produto interno bruto e do desemprego na Alemanha (1919-1939)

Ano	Produto Interno Bruto*	Taxa de desemprego (%)
1919	156 591	3,7
1921	189 511	2,8
1923	171 318	10,2
1925	223 082	6,8
1927	252 321	8,8
1929	262 284	13,3
1931	238 893	34,3
1933	234 778	36,2
1935	275 496	16,2
1937	317 783	6,9
1939	374 577	0,9

* Em milhões de dólares internacionais (ou dólares Geary-Khamis), que permitem o cálculo hipotético do poder de compra de um país num determinado momento, tomando por referência o poder de compra nos EUA.

Documento 4

Distribuição de fundos do Plano Marshall na Europa (1948-1951)



* Trieste: território livre entre 1947 e 1954, foi depois dividido entre a Itália e a Jugoslávia.

1. As mutações dos comportamentos sociais na Europa, refletidas no documento 1, acentuaram-se no primeiro pós-guerra como resultado

(A) da crença numa paz duradoura e da atitude empenhada de superação das desconfianças entre os povos.

(B) da confiança no progresso económico-social e da estabilidade política criada pela Liga das Nações.

(C) da relativização dos valores tradicionais e da emergência de um clima de anomia social nas cidades.

(D) da adesão aos princípios da moral burguesa e da valorização de normas de conduta conservadoras.

2. Indique o nome do «tratado de paz de 1919» a que o documento 2 se refere.

3. Transcreva duas afirmações do documento 2 que refletem o nacionalismo alemão no período entre as duas guerras.

4. Ordene cronologicamente os seguintes acontecimentos relacionados com a situação da Alemanha na primeira metade do século XX. Escreva, na folha de respostas, a sequência correta de letras.

(A) Ocupação e divisão da Alemanha pelos exércitos aliados.

(B) Criação da Liga das Nações (SDN), sem a participação alemã.

(C) Invasão da Polónia pelos exércitos alemães.

(D) Chegada do Partido Nazi ao poder.

(E) Bloqueio de Berlim decretado por Estaline.

5. Desenvolva, a partir dos documentos de 1 a 4, o seguinte tema:

Políticas económico-sociais na Alemanha: do primeiro pós-guerra à República Federal da Alemanha na década de 1960.

A sua resposta deve abordar, pela ordem que entender, três aspetos de cada um dos seguintes tópicos:

- o primeiro pós-guerra: dificuldades e esforço de recuperação;
- a década de 1930: do impacto da Grande Depressão às prioridades económico-sociais do regime nazi;
- o segundo pós-guerra: das tarefas de reconstrução à prosperidade da RFA no quadro do bloco capitalista.

Identificação das fontes

Doc. 1 – www.wikiart.org (consultado em 04/11/2015)

Doc. 2 – *50 Grandes Discursos da História*, Lisboa, Edições Sílabo, 2005, pp. 79-86 (adaptado)

Doc. 3 – Angus Maddison, «Western Europe 1500-2001» in *The World Economy: volume 1: A Millenial Perspective and Volume 2: Historical Statistics*, OECD Publishing, 2006, pp. 426 e 428, in <http://dx.doi.org/10.1787/9789264022621-14-en> (consultado em 05/11/2015) (adaptado) e Walter Galenson, Arnold Zellner, «International Comparison of Unemployment Rates» in *The Measurement and Behavior of Unemployment*, Universities-National Bureau, 1957, p. 455, in www.nber.org (consultado em 05/11/2015) (adaptado)

Doc. 4 – www.learneurope.eu (consultado em 12/11/2015) (adaptado)

Página em branco

GRUPO IV

A EUROPA COMUNITÁRIA DAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XX À VIRAGEM PARA O SÉCULO XXI: CONQUISTAS E DIFICULDADES

Documento 1

Assinatura do tratado de adesão de Portugal à Europa comunitária
– *Diário de Notícias* (13/06/1985)

Diário de Notícias

FUNDADO EM 1864

ANO 321 • N.º 42 455 PREÇO 45000 COMPANHIA 45000 DIRECTOR MARIO MESQUITA DIRECTOR-ADJUNTO DINIS DE ABREU QUINTA-FEIRA 13 DE JUNHO DE 1985
Médico 20255

Assinado o tratado de adesão à CEE

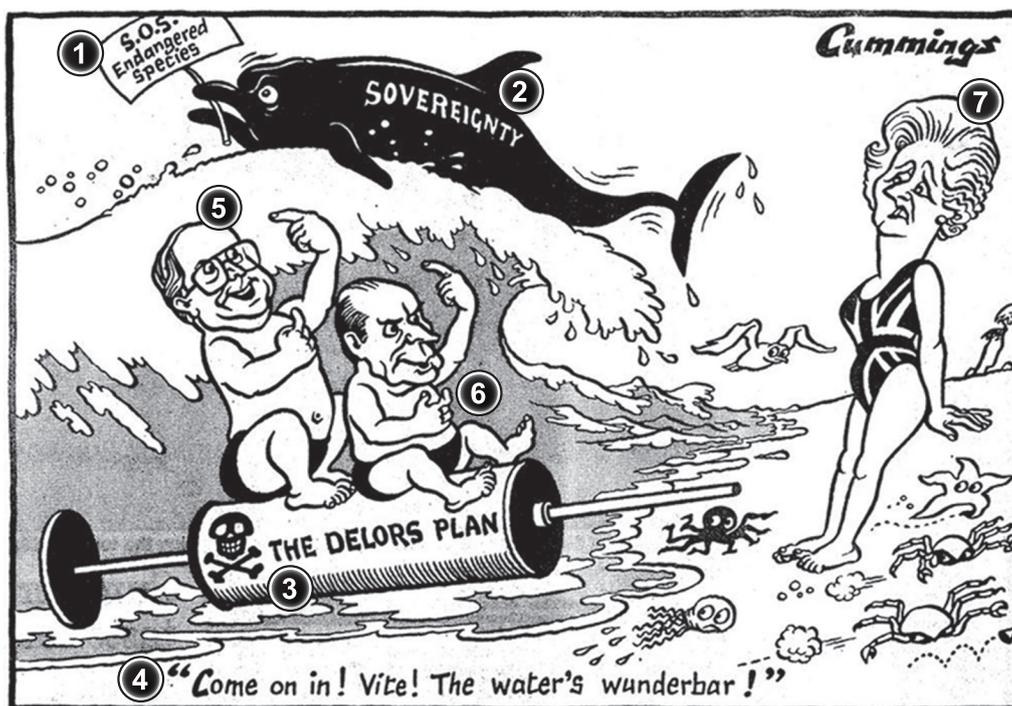
Oito anos de negociações concluídos em Belém

Em dez minutos, chefes de governo e ministros plenipotenciários chamados um a um no claustro dos Jerónimos assinaram, ontem, o documento que faz a Europa chegar totalmente ao Atlântico, e Portugal tornou-se Estado-Membro da Comunidade. [...] O Presidente da República afirmou, no decorrer desta cerimónia, que «não temos dúvidas de que a adesão propiciará benefícios e criará dificuldades quer à Europa quer a Portugal mas estamos certos de que o saldo será, para ambas as partes, positivo, e que as Comunidades saberão cumprir o que lhes cabe». Eanes lembrou ainda que a adesão de Portugal reforça a coerência da unidade europeia. Pouco tempo antes, ainda no claustro dos Jerónimos, Mário Soares, assinado o tratado, lembrou que «a palavra será agora conferida às novas gerações a quem se abrem exaltantes perspectivas de realização pessoal e de progresso».



A primeira fotografia simbólica da Europa dos Doze teve por cenário a velha Torre de Belém, onde o primeiro-ministro Mário Soares recebeu os chefes de governo e os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados comunitários que pouco tempo depois assinaram no claustro dos Jerónimos o texto fundamental do alargamento.

O Plano Delors – caricatura no jornal *Daily Express* (28/06/1989)



- | | |
|--|--|
| ① S.O.S. - Espécie em vias de extinção | ⑤ Helmut Kohl, chanceler alemão |
| ② Soberania | ⑥ François Mitterrand, presidente francês |
| ③ Plano Delors | ⑦ Margaret Thatcher, primeira-ministra britânica |
| ④ «Venha! Depressa! A água está esplêndida!» | |

1. Portugal reuniu condições para apresentar o pedido de adesão à Europa comunitária com a

- (A) adoção de um modelo económico assente na coletivização.
- (B) manutenção de um regime autárquico e corporativo.
- (C) criação de um modelo económico assente no neoliberalismo.
- (D) instauração de um regime democrático e pluralista.

2. Explique, a partir dos documentos 1 e 2, três impactos positivos decorrentes da adesão de Portugal à Europa comunitária.

3. Associe cada uma das instituições europeias, presentes na coluna **A**, às respetivas atribuições, que constam da coluna **B**.

Escreva, na folha de respostas, apenas as letras e os números correspondentes.

COLUNA A	COLUNA B
(a) Parlamento Europeu	(1) Zela pela aplicação do direito comunitário e arbitra os diferendos; inclui um elemento de cada Estado-Membro. (2) Define e implementa a política monetária da zona euro; o seu conselho integra, entre outros, os governadores dos bancos centrais nacionais. (3) Propõe leis, elabora o orçamento, zela pela aplicação dos tratados e das políticas comunitárias; inclui um representante designado por cada Estado-Membro.
(b) Tribunal Europeu	
(c) Comissão Europeia	
	(4) Fixa as orientações globais da União Europeia; reúne, entre outros, os chefes de Estado e de governo dos Estados-Membros. (5) Aprova o orçamento e exerce o controlo democrático sobre todas as instituições da União Europeia; integra membros eleitos que se organizam de acordo com o seu grupo político.

4. Refira, a partir do documento 2, três dificuldades na construção da unidade económica e política da Europa comunitária.

Identificação das fontes

Doc. 1 – <http://150anos.dn.pt> (consultado em 04/11/2015) (adaptado)

Doc. 2 – Michael Cummings, *Daily Express*, 28 de junho de 1989, in www.cvce.eu (consultado em 04/11/2015) (adaptado)

FIM

COTAÇÕES

Grupo	Item					Cotação (em pontos)
	1.	2.	3.	4.	5.	
I	5	5	5	5		20
	5	5	5	5		
II	5	25	20			50
	5	25	20			
III	5	5	10	5	50	75
	5	5	10	5	50	
IV	5	25	5	20		55
	5	25	5	20		
TOTAL						200

Prova 623

1.^a Fase

VERSÃO 1